

## **ANÁLISE DA EVASÃO ESCOLAR DO POVO PRETO A PARTIR DO PROCESSO EUGÊNICO**

**Daniela Guimarães Serafim<sup>1</sup>**

### **Resumo**

Pretende-se com este trabalho compreender a evasão escolar do povo preto a partir do processo histórico de eugenia no meado do século XX que se desdobra na prática de racismo institucionalizado no momento presente. Esse viés racista na escolarização preserva, naturaliza e normaliza a baixa ascensão dos descendentes de pessoas escravizadas em cargos que exige titulações acadêmicas especializadas, bem como enfraquece a zona de poder e influência da cultura afro-brasileira, desvaloriza a religiosidade e a estética, além de outros impactos vivenciados cotidianamente. Para analisar esse cenário foram consultados os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) sobre a temática da educação, da renda e moradia, do trabalho e da representação política da população negra atravessado pelos achados de Lélia Gonzalez, além das escritas de Maria Bolsanello e Mozart da Silva sobre eugenia e outros estudiosos. Deste modo, pode-se inferir que a formação social após o período escravista permaneceu com uma configuração desigual de oportunidades estabelecida pela raça. Analisou-se que a população preta se concentra em regiões menos desenvolvidas do país, persistindo como mão de obra menos qualificada e pior remunerada e mantendo alta taxa de analfabetismo na faixa etária de 15 anos ou mais e acima dos 45 anos para a população rural. Portanto, essas estatísticas e a historicidade evidenciam a estrutura do racismo sustentando o sistema educacional resultando o abandono escolar do povo preto.

**Palavras-chave:** Evasão escolar, Eugenia, Racismo institucional.

## **ANALYSIS OF SCHOOL ABANDONMENT OF THE BLACK PEOPLE WITH ORIGIN IN THE EUGENIC PROCESS**

### **Abstract**

The aim of this work is to understand the school dropout of black people from the historical process of eugenics in the mid-twentieth century that unfolds in the practice of institutionalized racism at the present time. This racist bias in schooling preserves, naturalizes and normalizes the low rise of descendants of enslaved people in positions that require specialized academic degrees, as well as weakens the zone of power and influence of Afro-Brazilian culture, devalues religiosity and aesthetics, in addition to other impacts experienced daily. In order to analyze this scenario, data from the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE) were consulted on the subject of education, income and housing, work and political representation of the black population, crossed by the findings of Lélia Gonzalez, in addition to the writings of Maria Bolsanello and Mozart da Silva on eugenics and other scholars. Thus, it can be inferred that the social formation after the slavery period remained with an unequal configuration of opportunities established by race. It was analyzed that the black population is concentrated in less developed regions of the country, persisting as a less qualified and worse paid workforce and maintaining a high illiteracy rate in the age group of 15 years or more and above 45 years for the rural population. Therefore, these statistics and

---

<sup>1</sup> Graduanda no curso de Licenciatura em Pedagogia pelo Instituto Superior de Educação do Rio de Janeiro (ISERJ). Graduada em Ciências Ambientais pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO - 2018). E-mail: daniserafim@live.com.pt

the historicity show the structure of racism supporting the educational system resulting in black people dropping out of school.

**Keywords:** School dropout; Eugenics; Institutional racism.

## **ANÁLISIS DEL ABANDONO ESCOLAR DE LOS NEGROS CON ORIGEN EN EL PROCESO EUGENÉSICO**

### **Resumen**

El objetivo de este trabajo es comprender la deserción escolar de los negros a partir del proceso histórico de eugenesia de mediados del siglo XX que se despliega en la práctica del racismo institucionalizado en la actualidad. Este sesgo racista en la escolarización preserva, naturaliza y normaliza el bajo ascenso de descendientes de personas esclavizadas en cargos que requieren grados académicos especializados, así como debilita la zona de poder e influencia de la cultura afrobrasileña, devalúa la religiosidad y la estética, en además de otros impactos vividos a diario. Para analizar este escenario, se consultaron datos del Instituto Brasileño de Geografía y Estadística (IBGE) sobre el tema de educación, ingreso y vivienda, trabajo y representación política de la población negra, atravesados por los hallazgos de Lélia González, además a los escritos de Maria Bolsanello y Mozart da Silva sobre eugenesia y otros estudiosos. Así, se puede inferir que la formación social posterior al período esclavista se mantuvo con una configuración desigual de oportunidades establecidas por la raza. Se analizó que la población negra se concentra en las regiones menos desarrolladas del país, persistiendo como mano de obra menos calificada y peor remunerada y manteniendo una alta tasa de analfabetismo en el grupo de edad de 15 años o más y por encima de los 45 años para la población rural. Por lo tanto, estas estadísticas y la historicidad muestran la estructura del racismo que sustenta el sistema educativo y que provoca que los negros abandonen la escuela.

**Palabras-clave:** Abandono de escuela; Eugenesia; Racismo institucional.

### **Introdução**

O contexto de formação sócio-cultural brasileiro possui as marcas da dominação dos povos invasores, principalmente na persistência da violência, na exploração da mão de obra, na estratificação social, dentre outros dispositivos que refletem nos parâmetros elitistas no ensino. Os conflitos sociais são reproduzidos no ambiente escolar através da construção do currículo, das relações estabelecidas, nas escolhas dos materiais a serem utilizados, nos modos avaliativos. De acordo com Almeida (2018), o racismo atravessa diferentes gerações como resultado do funcionamento das instituições que modelam o raciocínio, as preferências, os sentimentos, o comportamento, a visão de mundo do sujeito ao longo da vida.

Nesse contexto, Souza (2018) revela que o processo educacional na sociedade capitalista tornou-se um bem de consumo em detrimento a formação. Desse modo, indivíduos em situação de vulnerabilidade econômica são boicotados do sistema educacional evidenciado

pelo número de reprovações, alfabetização ineficiente, dificuldade ou abandono dos estudos que caracterizam a evasão educacional.

A existência de uma economia não-oficial, clandestina, de trabalho precário, rotineiro, intenso e de baixos salários, não parece poder desligar-se dos dois padrões de aprendizagem que caracterizam tanto a vida familiar como a vida escolar. Tanto uma como outra (...) podem ser consideradas como fazendo parte da "subterraneidade" do mundo do trabalho que envolve esses jovens. Tanto uma como outra podem construir condicionantes na forma como a escola de massas e sua expansão são percebidas pelos jovens e suas famílias (ou encarregados de educação em geral), e na forma também como a realidade institucional é vivida por eles. (Stöer, Araújo, 1992, p. 163)

A partir dessa análise, entende-se que a precarização econômica da população preta impossibilitaram o reconhecimento e conseqüentemente a valorização de suas contribuições para a ciência, tecnologia, cultura, bem estar social e demais fatores de sua sociedade. Como resultado, ignora-se “a história acumulada de uma sociedade que nele marca seus valores, suas leis, suas crenças e seus sentimentos que estão na base da vida social (GONÇALVES, 2012, p. 13- 14). Tais condições trazem conseqüências diretas ao povo negro, pois promovem sua dominância nos sistemas carcerários, nos centros de internação psiquiátricos, sobrevivendo em situação de rua, vivendo em locais de periferias, trabalhando na informalidade e de maneira precoce dentre outros modos de precarização da vida e de subalternidade.

Desse modo, a sociedade brasileira pós-abolicionista foi sendo construído com a mesma estrutura de antes, ou seja sem nenhuma alteração na pirâmide social. Assim, o olhar invisível e demonizado que era direcionado as pessoas escravizadas passou para seus descendentes com uma versão ajustada para o momento presente, mas mantendo sua base racista. Observa-se que nos estudos sobre políticas públicas há o conceito de necropolítica que permite compreender os perfis humanos que se mata ou se deixa morrer num processo que perpassa pela marginalização da dificuldade de aprendizagem que inviabiliza o acesso e as oportunidades fundamentais para o desenvolvimento humano.

### **História da Eugenia**

Segundo Silva (2013) os princípios eugenistas já existiam desde a Antiguidade, no entanto não havia sido nomeado, mas existia como um sentimento. Mediante o desenvolvimento de armamento bélico, das estratégias de guerra, das vitórias e, sobretudo da imposição de outros seres humanos ao regime de escravidão impulsionou a acreditação de

superioridade da raça ariana. Através dessa perspectiva de melhoramento das aptidões físicas, mentais e morais herdadas por meio de uma reprodução seletiva passou-se a assassinar os recém nascidos que tivessem algum tipo de deficiência, além de desencorajar os matrimônios inter-raciais e propagar ideias de cunho racista.

A partir dos séculos VXIII e XIX teóricos como Schopenhauer, Condorcet, August Comte e outros produziram conceitos que se aproximavam do termo de eugenia (SILVA, 2013, p. 39 -57). No entanto, somente após a formulação da teoria da evolução que o entendimento sobre os princípios eugênicos são desenvolvido pelo antropólogo Francis Galton, em 1883 na obra *Inquires into human Faculty and its Development*. A etimologia desse vocábulo é composta pela ligação de duas palavras gregas eu-ge-nos que foi explicada por Pereira (1990) como “bem nascido, de linhagem nobre, generoso, de sentimentos nobres”. Compreendida como uma ciência de intervenção e controle sobre as relações humanas na escolha de parceiros para fins reprodutivos possibilitando procriações aperfeiçoadas que refletiriam no melhoramento das problemáticas de: doença, pobreza, vícios e nos processos de acultramento.

O movimento eugênico nasce desse triunfo do biodeterminismo, e a raça surge como chave da história e estratégia política num período marcado pela expansão das potências europeias nos territórios africano e asiático. No âmbito do Estado-Nação oitocentista, a raça triunfou também como cimento constitutivo das identidades nacionais, funcionando como elemento naturalizador da cultura. (SILVA, 2013, p. 906 – 907)

O movimento eugenista significava uma intervenção arbitrária em prol de uma suposta correção de hábitos sociais e pessoais resultando no controle dos processos biológicos de sexualidade e da taxa de natalidade e mortalidade. Observa-se que essas ideias foram assumindo novas configurações e se distinguindo entre intervenção negativa e positiva. A primeira visava impedir o nascimento de indivíduos considerados biologicamente inferiores, através da esterilização, de leis proibitivas, do aborto, assassinato e extermínio. A forma positiva depositava no casamento entre pessoas bem dotadas a formação de uma sociedade organizada.

### **Eugenia à brasileira**

No meado do período XX, a elite brasileira se mostrava aberta as ideias eugênicas. Através das transformações do modo de produção com o advento da Revolução Industrial o sistema capitalista foi implantado em substituição do regime escravista o que refletiu no crescimento urbano, na proletarização e nas relações sociais. A introdução desse modelo de

sociedade continha motivações econômicas, estéticas, raciais e ilusórias como tentativa de superação sociocultural frente a uma conjuntura marcada por uma população racialmente mista, analfabeta, de crença católica, predominantemente rural. Dessa forma, se prevaleceu os pensamentos do movimento eugenista positivo o qual foi adotado todo um aparato legal de formação da identidade nacional com base no branqueamento da população por meio da imigração de indivíduos brancos.

Os ideais eugênicos direcionaram a maneira que se estabeleceu a abolição da escravatura no final do século XIX. Segundo Bolsanello (1996) a substituição da mão de obra de pessoas pretas escravizadas pelo trabalho assalariado dos imigrantes de raça branca visava atender a demanda da elite intelectual brasileira que acreditava na pobreza, nas doenças e nos vícios como frutos da miscigenação racial perpassando de uma geração a outra por meio do patrimônio genético. O expressivo número de pessoas negras, indígenas e mestiças poderia ser aniquilado através da entrada sucessiva e massiva dos povos arianos o qual permitiria o branqueamento gradual. Essa atribuição de valor aos aspectos físicos revela que a desigualdade social é um projeto de boicote a determinadas raças introduzidos por alguns intelectuais brasileiros, destacando neste cenário segundo Bolsanello (1996): Sílvio Romero (1851 – 1914), Raimundo Nina Rodrigues (1862 – 1906), Manuel Bonfim (1868 – 1932), Azevedo Amaral (1881 - 19\_), Renato Ferraz Kehl (1889 – 1974), Francisco José de Oliveira Viana (1883 – 1951), José Bento Monteiro Lobato (1882 – 1948), Alfredo Ellis Júnior (1896 - 1974), Artur Ramos (1903 – 1949), Afonso Arinos de Melo Franco (1905 – 199\_) e Gilberto de Melo Freyre (1900 – 1987).

O pensamento da elite intelectual brasileira não era homogêneo. Um determinado grupo vinculava o movimento eugenista com o higienista através da política de saúde e outro relacionava a raça com o processo de construção do nacionalismo. Segundo Silva (2013) até os anos iniciais do regime republicano pensava-se que a miscigenação comprometia a procriação de sujeitos eugênicos impedindo o aperfeiçoamento das características físicas, morais e intelectuais. A partir do início do século XX inicia os discursos favoráveis a miscigenação das raças dos habitantes do território brasileiro. Essa ideia ganha força no governo de Getúlio Vargas (1882 – 1954) ao ligá-lo a construção da identidade nacional fundamentando uma narrativa que se configura na utópica percepção da existência de uma democracia racial anulando os conflitos e contrastes enraizados sobre os aspectos socioculturais do país.

De acordo com Gonzalez (1982) o livro “Casa grande e senzala” de Gilberto Freyre (1900 – 1987) na década de 30 utilizou da teoria de transmissão de caracteres adquiridos presente no darwinismo social para se construir o entendimento da democracia racial no Brasil do século XX. Nessa escrita, nota-se a manipulação da realidade a partir da crença que o preconceito e a discriminação contra pessoas negras foram superados através da miscigenação. De acordo com essa ideologia, a mistura étnica permite o melhoramento das características genéticas com o intuito de homogeneizar a sociedade a fim de extinguir com os processos excludentes os quais geram desigualdade de oportunidades. No entanto, a junção das raças não se deu de maneira espontânea, livre e consensual como foi descrita e sim por meio de crimes de estupro e violências sexuais os quais já eram praticados habitualmente aos grupos ditos como inferiores.

### **Educação eugênica**

A ciência era constituída de perspectivas pessoais de um grupo que dominava os processos de produções e ditavam padrões socioculturais, princípios e diretrizes de organização e funcionamento do cotidiano se estabelecendo em posição de privilégio nas relações de poder. Por intermédio dela se tentava justificar atos desumanos, cruéis, egoístas e oportunistas sobre as demais sociedades. Desse modo, foram atribuídas alegações que ao longo do tempo desvalorizava os aspectos socioculturais das pessoas negras, logo sua visão de mundo era negada e conseqüentemente seus relatos não são encontrados. Para Gonzalez (1982) a crença de que a raça branca era superior sobre as outras foi construída e reafirmada através de três fatos: entendimento religioso que distinguia cristãos dos pagãos, divisão entre homens e sub-homens no final do século XVIII e missões civilizadoras com base nas doutrinas evolucionistas.

O sistema educacional se configurou como um dispositivo de maior divulgação de políticas eugenistas no país sendo um veículo de subjetivações com apropriação de técnicas que visava o aprimoramento, o adestramento e controle disciplinar do corpo do aluno por meio de intervenções arbitrárias. Assim, foram inseridos no projeto pedagógico manuais e cartilhas, além da estrutura conteudista implantados no universo da escolarização. Ademais, houve um investimento maciço na publicação de jornais e livros de acesso a comunidade escolar como, por exemplo, o *Boletim da eugenia* produzido entre os anos de 1929 e 1933 pelo Renato Kehl (1889 – 1974). A eugenia passou a ser inserido no vocabulário brasileiro,

sobretudo nas temáticas sobre normalidade, nutrição, higiene, saúde, doença, puericultura, educação e outros.

A educação é, certamente, uma das principais instituições articuladoras do poder-saber que atravessa a constituição dos sujeitos, é uma das instituições estruturantes na construção dos sistemas de “verdade” que articulam os saberes a partir dos quais os sujeitos possam ser objetivados. O dispositivo escolar, nesse sentido, é um legitimador dos discursos sobre a verdade, sobre os “regimes de verdade” que instruem e firmam os parâmetros de governamento dos sujeitos, de sua normalidade e de sua anormalidade. Articula o poder-saber no nível das subjetividades, no nível da capilaridade, implica em considerá-lo como agenciador das verdades que formam os sujeitos normais, ou melhor, aqueles indivíduos adequados à norma, à prescrição, à normatividade. (SILVA 2013, p. 901 – 902)

De acordo com o Rocha (2010) o projeto pedagógico do segundo ciclo do ensino secundário clássico ou científico previa nas disciplinas de biologia na seção higiene e mais a frente substituída pela matéria de História Natural a educação eugênica. A orientação prevista na constituição de 1934 no artigo 138 dizia que: “Incumbe à União, aos Estados e aos Municípios, nos termos das leis respectivas. b) estimular a educação eugênica.” (BRASIL, 1934).

Vale ressaltar que nesse período a sociedade brasileira havia passado pelo período de abolição da escravatura na qual a pessoa negra deveria ter o direito e o acesso a integração social, ou seja, possibilitar o processo de cidadania. De acordo com Serafim (2021) “a falta de um direcionamento para aquisição de novos hábitos, para apropriação da cultura, da noção de família, de coletivo, a expressão de sentimentos e emoções, o desenvolvimento da comunicação necessitaria de esforços e investimentos que se arrastam até o século XXI.” Esse contexto reflete nas políticas educacionais e outras que se tornaram um instrumento de encaminhamento de concepções europeias de depreciação do povo preto.

### **Evasão e currículo escolar**

A programação do currículo escolar reforça a marginalização das pessoas negras através da seleção dos termos pejorativos presente na escrita, na distorção ou superficialidade da historicidade, além das expressões populares utilizada dentro e fora da escola que os desclassificam e desumanizam seus atributos físicos, intelectuais, morais e culturais. Assim, alguns indivíduos que passam pela instituição de ensino não desconstrói seu pensamento racista, logo alguns aspectos desse processo são falhos. Desse modo, há uma tendência em supervalorizar propriedades da classe dominante como tentativa de “Quanto mais assimilar os

valores culturais da metrópole, mais o colonizado escapará da sua selva. Quanto mais ele rejeitar sua negritude, seu mato, mais branco será” (FANON, 2008, p. 34).

[...] o texto didático nem sempre se restringe ao texto explicitamente elaborado e reproduzido tendo em vista um destino escolar; destinado ou utilizado pela escola, o texto didático também não é uniforme na maneira como se articula com o trabalho de ensino e com a formação que pretende auxiliar; finalmente, o texto didático possui múltiplas dimensões, entre as quais a de mercadoria. (BATISTA, 2003, p. 177).

A produção dos conteúdos sociais atravessa a constituição dos sujeitos vinculando-os a uma cultura. A aplicação do conhecimento desenvolvido na escolarização não possui funcionalidades apenas nesses espaços, mas acompanham o estudante ao longo de sua jornada existencial. Por isso, “o sistema escolar estrutura-se de forma fragmentada, reproduzindo a divisão social e a lógica do mercado. O acesso ao conhecimento dá-se de maneira profundamente seletiva” (SAVIANI; DUARTE, 2012, p. 2). Nesse contexto, o projeto pedagógico contribui com a manutenção dos privilégios de quem domina através do sistema econômico.

Algumas literaturas descreveram a evasão escolar como uma enfermidade. Aquele que não respondia de maneira satisfatória as exigências e demandas do projeto pedagógico eram estigmatizados como naturalmente deficientes. De acordo com Moysés e Collares (1992) a patologização da evasão escolar substitui o termo da medicalização que consiste no reducionismo biológico como tentativa de explicar o destino dos estudantes a partir de seus atributos individuais. Esse pensamento recai, principalmente, aos estudantes em situação de vulnerabilidade econômica que em sua maioria são pessoas negras, indicando a existência de algum distúrbio de aprendizagem ou disfunções neurológica que as impedem de aprender. Além disso, reforça o preconceito a este grupo ao inferir a ideia de serem destinados a dominação, logo nenhum esforço seria capaz de lhes tirar essa característica. No entanto, a concepção de enfermidade mental direcionava a um discurso que isentava o sistema social e escolar através da criação de mitos, informação falsa, invenção de uma outra realidade que não puderam ser comprovada.

A evasão escolar se configura, além de outros determinantes, como um sentimento de rejeição limitando a capacidade de percepção sobre si e supervalorizando o entendimento do outro sobre ele. O currículo elitizado dificulta a compreensão e domínio de alguns conceitos, além disso, na tentativa de homogeneizar a turma ignora-se o saber vivenciado fora dos espaços escolares. Sabe-se que antes de passar pelo processo de escolarização o estudante já possui em andamento um vocabulário, suas impressões sensoriais e cognitiva, estabelece

suas relações interpessoais de maneira permanente e constante com seu meio. Assim, “A educação torna-se, desse modo, uma ‘contínua reconstrução de experiência’” (DEWEY, 1989, p.7) representando um modo de aprendizagem ativo sinalizado por Abreu (2009) como a constituição de uma prática experimentada na vida cotidiana a qual se construirá em uma teoria.

Nesse contexto, Spozati (2000) distingui a evasão escolar em duas concepções: premeditado e o possível. O primeiro resulta da omissão de ações governamentais os quais configuram na ausência de políticas públicas que visem mitigar as discrepâncias sociais que dificultam a permanência do aluno nos espaços escolares. Dessa forma, compreende na falta de: contratação de profissionais, de construção de prédios adaptáveis a pessoas com deficiência, de um currículo especial para crianças e jovens com liberdade assistida, em situação de rua e em regime de trabalho infantil. A segunda se refere as condições temporárias que impossibilitam o acesso a escola, como por exemplo enchentes ou desabamentos os quais as salas se tornam abrigos, a violência, a suspensão das aulas por motivo de reuniões com os responsáveis ou com o corpo docente que não é substituída por nenhuma atividade, e outras possibilidades.

### **População preta no século XIX**

Embora a abolição cessou o ciclo das condições legais do escravismo no Brasil, ainda é possível notar que a sociedade que se constituiu após esse período perpetuou a estrutura desigual de oportunidades estabelecida pela raça. Relacionando o conhecimento de Gonzalez (1982) com os dados do IBGE de 2018 pode-se continuar a afirmar que a população negra concentra se nos degraus inferiores da hierarquia social, localiza-se nas regiões menos desenvolvidas do país destacando o Norte com 71,8% e o Nordeste com 63,2% da população local, persistindo como mão de obra menos qualificada e pior remunerada estando entre os 10% com menor rendimento mensal alcançando o percentual de 75,2%, competindo em posição desvantajosa frente ao processo de mobilidade social individual, tendo sua ascensão limitada e quando conquistadas difíceis de manter ocupando apenas 29,9% de cargos gerenciais.

A taxa de analfabetismo no território brasileiro de pessoas de 15 anos ou mais alcança a proporção geral de 9,1% afetando diretamente o povo preto das regiões do Nordeste com 14,9% e do Norte com 8,4%. Observando a situação domiciliar nota-se que 20,7% da população rural negra são analfabetos e que esse processo está concentrado na faixa etária

acima dos 45 anos o que permite ampliar essa discussão para uma possível reparação dessas vítimas. Outra questão a ser resolvida é a evasão escolar por motivos de renda de jovens negros entre 18 a 29 anos possui a proporção de 61,2%. Assim, a partir desse levantamento torna-se possível correlacionar o período do escravismo com as causas contemporâneas da subalternidade sociocultural.

As informações de 2017 evidenciaram que a população negra possui impedimento para explorar as diferentes ferramentas de acesso a internet restringindo seu uso ao telefone celular (82,7%) e ao microcomputador (39,6%). Condição que tende a está relacionada as referências que foram apresentadas em 2018 que mostram uma taxa de 14,1% de desocupação, 29,0% de subutilização da força de trabalho e 47,3% de trabalhadores informais de 14 anos ou mais. Ainda atrelado a esse fato, observa que o povo preto não possui acesso aos serviços de coleta direta ou indireta de lixo (12,5%), abastecimento de água por rede geral (17,9%) e esgotamento sanitário por rede coletora ou pluvial (42,8%) reforçando sua marginalização.

Ainda sobre esses dados de 2018 nota-se que a população negra são maioria em sistema educacional público desde a educação infantil (56,9%) perpassando pelo ensino fundamental (64,9%), médio (64,6%) e superior (50,3%). No entanto, a discrepância da realidade dos estudantes da escola pública para os da instituição privada pode ser analisado sob diferentes fatores. A localização das escolas em áreas conflagradas torna inseguro o trajeto casa- escola e em determinados lugares a distância também contribui para o não comparecimento do estudante na instituição de ensino. Alguns são expostos a violência doméstica, inclusive com utilização de arma de fogo e/ ou branca. Essa rotina tende a inviabilizar a permanência e a continuidade do ciclo educacional destes, limitando suas inspirações e motivações pessoais, fragmentando sua autoimagem e fragilizando o processo de aprendizagem.

Segundo Gonzalez (1982) as diferenças no acesso a educação, na escala ocupacional, na renda permanente entre as raças devem ser interpretadas em decorrência do racismo e das condutas discriminatórias que geram um acumulativo de desvantagem a população negra. Os valores desses dados não reduziram em comparação com os anos anteriores o que mostra que as políticas públicas que visam mitigar essas discrepâncias estão esbarrando em obstáculos. Além das causas triviais de origem financeira e/ ou sociocultural, pode-se relacionar a esse fato o reduzido quadro de pessoas pretas preenchendo cargos do parlamento. De acordo com o

IBGE apenas 24,4% da Câmara dos Deputados e 28,9% da Assembleia Legislativa estadual ou distrital foram eleitos.

### **Racismo pedagógico**

Os meios de comunicação, as mídias digitais, a produção artística, os conteúdos dos diferentes livros didáticos e as atividades escolares circulam ideias e perspectivas que vão se complementando a medida que ensinam e reforçam conteúdos comuns sobre a preservação do racismo. A linguagem é um instrumento pedagógico que permite construir e desconstruir, inserir ou excluir o sujeito no discurso por meio de ideias, além de criar ou extinguir o sentimento de pertencimento. Esses mecanismos e dispositivos que pertencem ao universo escolar e ao processo de escolarização uni-se com materiais externos os quais podem ser entendido como racismo pedagógico.

A partir dessas práticas racistas a identidade do povo negro é formado sob o viés pejorativo e insultuoso e sua ancestralidade lembrada como seres inanimados, sem inteligência e sem história longe do colonizador. Assim, casos de racismos são abafados no interior das escolas compreendidos como naturais pela sociedade. As políticas educacionais e as orientações pedagógicas restringem à história do povo negro a época da escravidão como se não tivessem família, cultura, sentimentos, desejos e religião mencionando-os como “escravos”, quando o adequado seria pessoas que foram escravizadas.

O racismo pode ser visto como prática e como uma ideologia. Enquanto prática é identificável desde o Brasil colônia. No Brasil durante o período escravista os negros eram vistos como coisas; como ideologia o racismo foi construído a partir da representação dos negros como seres monstruosos o que comprova a existência de várias teorias implantadas na nossa sociedade. Essas teorias construíram imagens negativas acerca das pessoas negras serem feias, preguiçosas, sem cultura, costumes e religião, incapazes de pensar e tinham cor de pele tida como símbolo de impureza. (ALVES, 2012, p.04)

O projeto pedagógico oferecido e disponibilizado nas escolas possui a marca do racismo institucional em sua construção, história, formação e nas práticas cotidianas. Para Chaves e Alencar (2015) a educação formal deve se comprometer com o rompimento do sistema reprodutor da estrutura de classes vigente, caso contrário, intensifica o processo de marginalização e perpetuação das desigualdades.

Num caso o papel da raça na geração de desigualdades sociais é negado, noutro o preconceito (racial) é reduzido a um fenômeno de classe e, por último, a discriminação racial constitui um resíduo cultural do já distante passado escravista. Nenhuma destas perspectivas considera seriamente a

possibilidade da coexistência entre racismo, industrialização e desenvolvimento capitalista. (GONZALEZ, 1982, p.88)

Dessa forma, sabe-se através de denúncias e acontecimentos que o povo brasileiro está inserido num processo histórico racista, no entanto há uma negação desse fato. Portanto, seu combate torna-se ineficaz na medida em que não é possível se posicionar contra aquilo que “não existe”. Esse apagamento das temáticas raciais nas escolas tende a ser observado na organização do currículo escolar o qual direciona a uma perspectiva única de informação que privilegia os interesses, as ideologias e as características do grupo dominante. O processo educativo se estabelece como uma ferramenta de racismo pedagógico quando não reage a esse domínio restringindo sua abordagem a data comemorativa sem explorar uma análise crítica do passado com a atual conjuntura.

### **Considerações finais**

De acordo com Bolsanello (1996) a persistência do preconceito racial no Brasil se faz mediante ideologias fortemente propagadas com caráter pseudocientífico a qual modela a visão de mundo do sujeito convertendo seu entendimento consciente para perspectivas inconsciente tornando possível e aceitável tais práticas. Em razão desse sistema foram criados no Brasil: a lei das Terras em 1850, a proibição da capoeira em 1890, da manifestação da religiosidade africana e indígena, de estudar no final do século XIX, a política de combate as drogas em 1938, a lei da vadiagem em 1941, o impedimento da entrada de povos considerados não brancos no começo do período XX, os processos de encarceramento em 1759 mencionado na carta régia dentre outros.

Dessa forma, o entendimento sobre a evasão escolar perpassa por ideias eugenistas que desembocaram na compreensão sobre racismo institucionalizado. Esse pensamento foi inserido na sociedade brasileira através de traduções de autores europeus e posteriormente publicações nacionais.

A falta de conhecimento histórico acerca da formação da sociedade brasileira dificulta o entendimento sobre os processos socioculturais resultando na potencialização do enraizamento do racismo institucionalizado os quais geram a evasão escolar. A condição econômica permite experimentar realidades distintas, assim a escola na sociedade capitalista se apresenta em duas funções: formar a elite que decidirá os rumos do país e detentora dos meios de produção e a formação de operários. No entanto, essa percepção é mascarada por

meio de informações falsas sobre a existência de uma estrutura social equânime a qual garante a todos os cidadãos acesso, desenvolvimento, oportunidade e direitos.

A invenção de uma sociedade produz efeitos diretos para as políticas públicas, pois é a partir dos dados estatísticos que se criam mecanismos os quais permitem conhecer a estrutura, o funcionamento e as relações estabelecidas pela sociedade. Dessa forma, a circulação de ideias que se contradizem diante do contexto vigente fragiliza as informações e dificultam o sucesso das ações.

## **Referências**

ABREU, José Ricardo Pinto de. Contexto Atual do Ensino Médico: Metodologias Tradicionais e Ativas - Necessidades Pedagógicas dos Professores e da Estrutura das Escolas. 2011. 105f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Ciências da Saúde) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2009.

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **O que é racismo estrutural?**. Belo Horizonte (MG): Letramento, 2018.

ALVES, C. C. de S. **O racismo na escola e o combate com ações pedagógicas**. 2012. 18f. Trabalho de conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) – Universidade Estadual da Paraíba, Guarabira: UEPB, 2012.

BOLSANELLO, M. A. Darwinismo social, eugenia e racismo “científico”: sua repercussão na sociedade e na educação brasileira. **Educar**, Curitiba, n.12, p. 153 – 165. 1996.

BRASIL. Constituição (1934). Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil (de 16 de julho de 1934). Rio de Janeiro, 1934. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao34.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm)>. Acesso em: 07 jan. 2022.

CHAVES, Ozinei dos Santos; ALENCAR, Mary Sônia Dutra de. Teorias do currículo: concepções, verdades E contradições. In **Anais: Congresso Nacional de Educação (II CONEDU)**, 2015.

DEWEY, John. **Vida e educação**. 10. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1978.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas / Frantz Fanon; tradução de Renato da Silveira**. - Salvador: EDUFBA, 2008.

GONÇALVES, Maria Augusta. **Salin. Sentir, pensar, agir: corporeidade e educação**. Campinas, SP. Papyrus, 15<sup>a</sup> ed., 2012.

GONZALEZ, Lélia. **Lugar de negro/ Lélia Gonzalez e Carlos Hasenbalg**. - Rio de Janeiro: Marco Zero. 1982.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional por Amostra de domicílios: educação 2018**. Rio de Janeiro, 2019.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional por Amostra de domicílios: geral 2018.** Rio de Janeiro, 2019.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional por Amostra de domicílios: renda e moradia 2017.** Rio de Janeiro, 2018.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional por Amostra de domicílios: trabalho 2018.** Rio de Janeiro, 2019.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional por Amostra de domicílios: representação política 2018.** Rio de Janeiro, 2019.

JARDIM, AFC. Michel Foucault e a educação: o investimento político do corpo. **Unimontes Científica**, Montes Claros, v.8, n.2, jul./dez. 2006.

MOYSÉS, M. A.; COLLARES, C. A. **A transformação do espaço pedagógico em espaço clínico.** São Paulo: FDE, 1994.

PEREIRA, Isidro SJ. **Dicionário grego-português e português-grego.** 7. ed. Braga: Apostolado da Imprensa. 1990.

ROCHA, C. A. **A resignificação da eugenia na educação entre 1946 e 1970: um estudo sobre a construção do discurso eugênico na formação docente.** 2010. 491 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, UFMG. Belo Horizonte. 2010.

SAVIANI, Demerval; DUARTE, Newton (orgs). **Pedagogia histórico crítica e luta de classes na educação escolar.** Campinas, SP: Autores Associados, 2012.

SERAFIM, D. G. Protagonismo Preto: Museu Afro Brasil e a Educação Antirracista não formal. **Revista em Favor de Igualdade Racial**, [S. l.], v. 4, n. 3, p. 52–60, 2021.

SILVA, M. L. da. “Biopolítica, Educação e Eugenia no Brasil (1911-1945)”. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, v. 8, p. 921-943, 2013.

SPOSATI, A. Exclusão Social e Fracasso Escolar. **Em Aberto**, Brasília, v. 17, n. 71, p. 21-32, jan. 2000.

STOER, S.; ARAÚJO, H. C. **Escola e aprendizagem para o trabalho num país da (semi) periferia europeia.** 2. ed. Lisboa: IE, 2000.